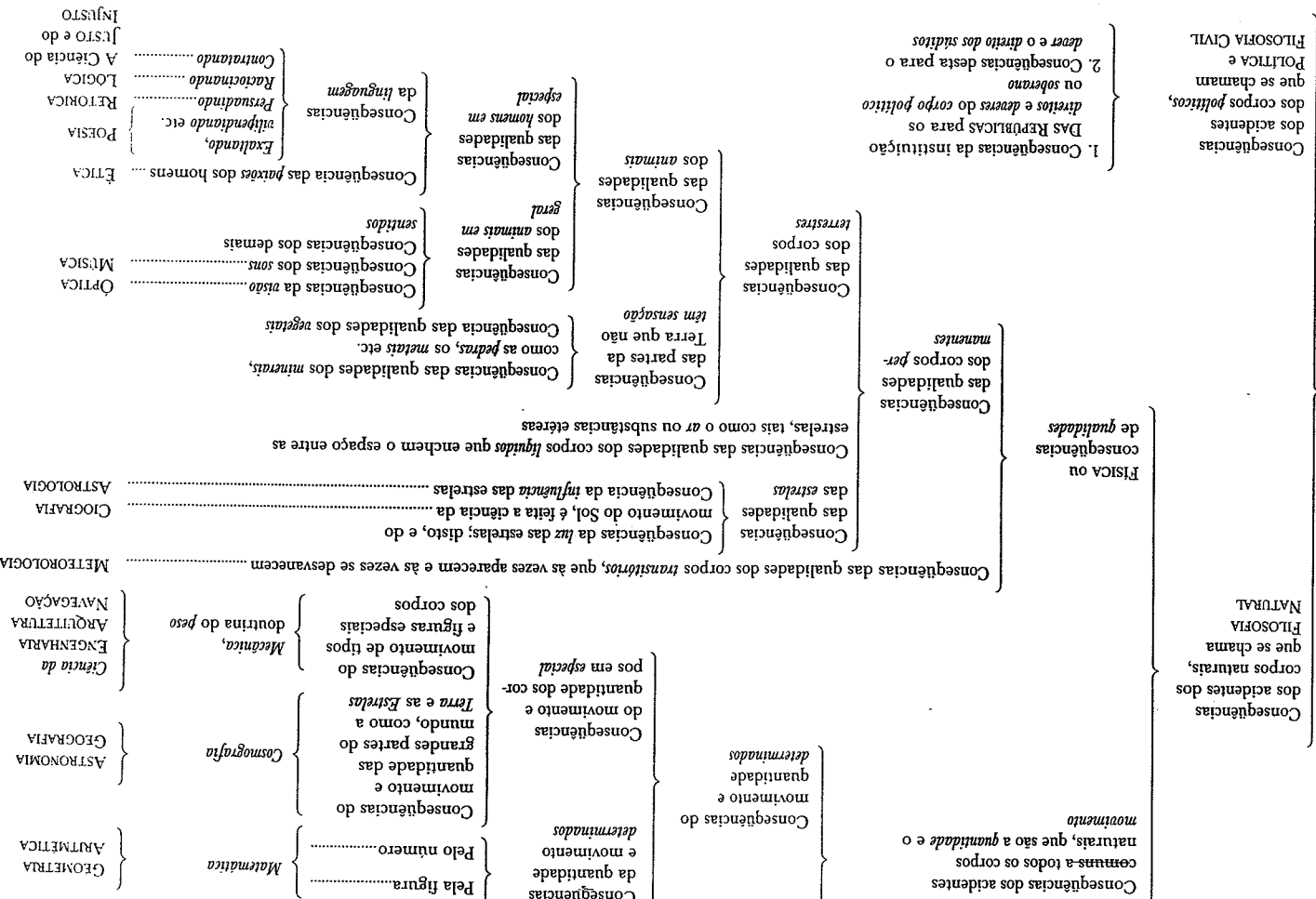


Conseqüências da quantidade e movimento *indeterminados*, as quaes, sendo os princ-
pios ou fundamento primario da filosofia, se chamam *Philosophia Prima*



X. Do Poder e Merecimento

memória, e é um conhecimento absoluto, como quando vejo um fato ter lugar, ou recordo que ele teve lugar; é este o conhecimento necessário para uma testemunha. Ao segundo chama-se ciência, e é condicional, como quando sabemos que se a figura apresentada for um círculo, nesse caso qualquer linha reta que passe pelo seu centro dividi-la-á em duas partes iguais. Este é o conhecimento necessário para um filósofo, isto é, para aquele que pretende raciocinar.

O registro do conhecimento de fato chama-se história, da qual há duas espécies: uma chamada história natural, que é a história dos fatos, ou feitos da natureza, que não dependem da vontade do homem, tais como as histórias dos metais, plantas, animais, regiões e assim por diante. A outra é a história civil, que é a das ações voluntárias praticadas pelos homens nas repúblicas.

Os registros da ciência são aqueles livros que encerram as demonstrações das conseqüências de uma afirmação para outra, e são vulgarmente chamados livros de filosofia, dos quais há muitas espécies, conforme a diversidade do assunto, que podem ser divididas da maneira como as dividi na tabela acima.

[41]

CAP. X.
Do PODER, VALOR,
DIGNIDADE, HONRA e
MEREcimento.

O PODER de um homem (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer manifesto bem futuro. Pode ser original ou instrumental.

O poder natural é a eminência das faculdades do corpo ou do espirito: extraordinária força, beleza, prudência, destreza, eloquência, liberalidade ou nobreza. Os poderes instrumentais

são os que se adquirem mediante os anteriores ou pelo acaso, e constituem meios e instrumentos para adquirir mais: como a riqueza, a reputação, os amigos e os secretos desígnios de Deus a que os homens chamam boa sorte. Porque a natureza do poder é neste ponto idêntica à da fama, dado que cresce à medida que progride; ou à do movimento dos corpos pesados, que quanto mais longe vão, mais rapidamente se movem.

O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes da maioria dos homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os poderes deles na dependência da sua vontade; é o caso do poder de uma república. Ou na dependência das vontades de cada indivíduo: é o caso do poder de uma facção ou de várias facções coligadas. Conseqüentemente, ter servidores é poder; e ter amigos é poder: porque são forças unidas.

Também a riqueza aliada à liberalidade é poder, porque consegue amigos e servidores. Sem a liberalidade não o é, porque neste caso a riqueza não protege, mas expõe o homem, como presa, à inveja.

A reputação de poder é poder, pois ela atrai a adesão daqueles que necessitam proteção.

Também o é, pela mesma razão, a reputação de que tenha um homem de amar seu país (à qual se chama popularidade).

Da mesma maneira, qualquer qualidade que torna um homem amado, ou temido por muitos ou a reputação dessa qualidade, é poder; porque constitui um meio para adquirir a ajuda e o serviço de muitos.

O sucesso é poder, porque traz reputação de sabedoria ou boa sorte, o que faz os homens temerem quem o consegue ou confiarem nele.

A afabilidade dos homens que já estão no poder é aumento de poder, porque conquista amor.

A reputação de prudência na conduta da paz ou da guerra é poder, porque confiamos o governo de nós mesmos de mais bom grado aos homens prudentes do que aos outros.

A nobreza é poder, não em todos os lugares, mas somente nas repúblicas em que goza de privilégios, pois é nesses privilégios que consiste o seu poder.

A eloquência é poder, porque aparenta prudência.

A beleza é poder, pois, sendo uma dádiva de Deus, recomenda os homens ao favor das mulheres e dos estranhos.

As ciências são um pequeno poder, porque não são eminentes, e conseqüentemente somente são reconhecidas em alguns homens e, mesmo nestes, em poucas coisas. Porque é da natureza da ciência que só a podem compreender aqueles que em boa medida já a alcançaram.

As artes de utilidade pública, como a fortificação, o fabrico de máquinas e outros instrumentos de guerra, são poder, porque facilitam a defesa e conferem a vitória. Embora a sua verdadeira mãe seja a ciência, nomeadamente a matemática, uma vez que são dadas à luz pela mão do artífice, são consideradas geração deste (neste caso, para o vulgo, a parteira passa por mãe).

Importância.

O valor, ou a IMPORTÂNCIA de um homem, tal como o de todas as outras coisas, é o seu preço; isto é, tanto quanto seria dado pelo uso do seu poder. Portanto, não é absoluto, mas algo que depende da necessidade e julgamento de outrem. Um habil condutor de soldados é de alto preço em tempo de guerra presente ou iminente, mas não o é em tempo de paz. Um juiz douto e incorruptível é de grande importância em tempo de paz, mas não o é tanto em tempo de guerra. E tal como nas outras coisas, também no homem não é o vendedor, mas o comprador quem determina o preço. Porque mesmo que um homem (como a maioria faz) atribua a si mesmo o mais alto valor possível, o seu verdadeiro valor não será superior ao que for estimado por outros.

A manifestação do valor que mutuamente nos atribuímos é o que vulgarmente se chama honra e desonra. Atribuir a um homem um alto valor é *honrá-lo*, e um baixo valor é *desonrá-lo*. Mas neste caso alto e baixo devem ser entendidos em comparação com o valor que cada homem se atribui a si próprio.

A importância pública de um homem, que é o valor atribuído a ele pela república, é o que os homens vulgarmente chamam DIGNIDADE. E este apreço que a república lhe atribui exprime-se por meio de cargos de direção, funções judiciais e empregos públicos, ou pelos nomes e títulos introduzidos para distinguir tal apreço.

Rogar a outro qualquer tipo de auxílio é HONRAR, porque é sinal de que na nossa opinião ele tem poder para ajudar. E quanto mais difícil é o auxílio, maior é a honra.

Obedecer é honrar, porque ninguém obedece a quem julga não ter nenhum poder para o ajudar ou prejudicar. Conseqüentemente, desobedecer é *desonrar*.

Oferecer grandes presentes a um homem é honrá-lo, porque consiste em comprar proteção e reconhecer o poder. Oferecer presentes pequenos é desonrar, porque não passa de esmola, e indica a opinião de que são necessários auxílios pequenos.

Ser solícito em promover o bem do outro, assim como ajudar, é honrar, como sinal de que buscamos sua proteção ou ajuda. Negligenciar é desonrar.

Ceder o passo ou o lugar a outrem, em qualquer ocasião, é honrar, porque equivale a admitir um poder superior. Fazer frente é desonrar.

Mostrar qualquer sinal de amor ou de medo do outro é honrar, porque tanto amar como temer implicam valorizar. Desprezar, ou mostrar menos amor ou medo do que o outro espera, é desonrar, porque é subestimar.

Louvar, exaltar ou felicitar é honrar, pois nada é mais valorizado do que a bondade, o poder e a felicidade. Insultar, trocar ou compadecer-se é desonrar.

Falar ao outro com consideração, aparecer diante dele com decência e humildade é honrá-lo, como sinal de respeito de ofender. Falar-lhe asperamente, comportar-se perante ele de maneira obscena, reprovável ou impudente é desonrá-lo.

Acreditar, confiar, apoiar-se no outro é honrá-lo, como sinal de reconhecimento da sua virtude e poder. Desconfiar, ou não acreditar, é desonrar.

Solicitar de um homem o seu conselho, ou um discurso de qualquer tipo, é honrar, em sinal de que o consideramos sábio, ou eloqüente, ou sagaz. Dormir, afastar-se ou falar quando ele fala é desonrá-lo.

Fazer ao outro as coisas que ele considera sinais de honra, ou que assim o sejam pela lei ou pelo costume, é honrar, porque ao aprovar a honra feita por outros se reconhece o poder que os outros reconhecem. Recusar fazê-las é desonrar.

Concordar com a opinião do outro é honrar, pois é sinal de aprovação do seu julgamento e sabedoria. Discordar é desonrar e acusar o outro de erro, e, se a discordância atinge muitas coisas, de loucura.

Imitar é honrar, pois equivale a uma veemente aprovação. Imitar o inimigo do outro é desonrar.

Honrar aquele a quem o outro honra é honrar este também, como sinal de aprovação do seu discernimento. Honrar os seus inimigos é desonrá-lo.

Pedir conselho ou colaboração em ações difíceis é honrar, como sinal de apreço pela sua sabedoria ou outro poder. Recusar a colaboração dos que a oferecem é desonrar.

Todas estas maneiras de honrar são naturais, tanto nas repúblicas como fora delas. Mas nas repúblicas, em que aqueles ou aqueles que detêm a suprema autoridade podem instituir os sinais de honra que lhes aprouver, existem outras honras.

Um soberano pode honrar um súdito com qualquer título, ou cargo, ou emprego, ou ação, que ele próprio haja estabelecido como sinal da sua vontade de honrar.

O rei da Pérsia honrou a *Mordecai*, quando decidiu que ele seria conduzido pelas ruas envergando as vestimentas reais, montado num dos cavalos do rei, com uma coroa na cabeça e um príncipe adiante dele, proclamando: *Assim será feito àquela que o rei quiser honrar*. E no entanto um outro rei da Pérsia, ou o mesmo rei em outra ocasião, a um súdito que pedia, para algum grande serviço, permissão para usar as roupas do rei, outorgou o que ele pedia, mas acrescentou que deveria usá-las como seu bobo, e nesta caso era desonra. Portanto, a fonte de

toda e qualquer honra civil reside na pessoa da república, e depende da vontade do soberano. Conseqüentemente, é temerária e chama-se *honra civil*. É o caso da magistratura, dos cargos públicos e dos títulos e, em alguns lugares, dos uniformes e emblemas. Os homens honram a quem os possui, porque são outros tantos sinais do favor da república; este favor é poder.

Honrosa é qualquer espécie de posse, ação ou qualidade que constitui argumento e sinal de poder.

Por conseguinte, ser honrado, amado ou temido por muitos é honroso, e prova de poder. Ser honrado por poucos ou nenhum é *desonroso*.

O domínio e a vitória são honrosos, porque se adquirem pelo poder; a servidão, que vem da necessidade ou do medo, é desonrosa.

A boa sorte (quando duradoura) é honrosa, como sinal do favor de Deus. A má sorte e a desgraça são desonrosas. A riqueza é honrosa, porque é poder. A pobreza é desonrosa. A magnanimidade, a liberalidade, a esperança, a coragem e a confiança são honrosas, porque derivam da consciência do poder. A pusilanimidade, a parcimônia, o medo e a desconfiança são desonrosos.

A decisão ou resolução oportuna do que se precisa fazer é honrosa, pois implica desprezo pelas pequenas dificuldades e perigos. A irresolução é desonrosa, como sinal de excessiva valorização de pequenos impedimentos e pequenas vantagens. Porque quando um homem ponderou as coisas tanto quanto o tempo permite, e não se decidiu, a diferença de ponderação é ínfima; logo, se ele não se decide é porque sobrevaloriza pequenas coisas, o que é pusilanimidade.

Todas as ações e palavras que derivam ou parecem derivar de muita experiência, ciência, discrição ou sagacidade são honrosas, pois todas estas últimas são poderes. As ações ou palavras que derivem do erro, da ignorância ou da loucura são desonrosas.

A gravidade, na medida em que pareça proceder de um espírito ocupado com outras coisas, é honrosa, porque a ocupa-

[44]

Honroso.

Desonroso.

ção é sinal de poder. Mas se parece proceder do propósito de aparentar gravidade é desonrosa. Porque a gravidade do primeiro é como a firmeza de um navio carregado de mercadoria, mas a do segundo é como a firmeza de um navio que leva um lastro de areia ou qualquer outra carga inútil.

Ser ilustre, ou seja, ser conhecido pela riqueza, cargos, grandes ações ou qualquer bem eminente, é honroso, como sinal do poder que faz alguém ser ilustre. Pelo contrário, a obscuridade é desonrosa.

Descender de pais ilustres é honroso, porque assim mais facilmente se conseguem a ajuda e os amigos dos antepassados. Pelo contrário, descender de pais obscuros é desonroso.

As ações que derivam da equidade, acompanhadas de perdas, são honrosas, como sinais de magnanimidade; porque a magnanimidade é um sinal de poder. Pelo contrário, a astúcia, o uso de expedientes e a falta de equidade são desonrosos.

A cobiça de grandes riquezas e a ambição de grandes honras são honrosas, como sinais do poder para as obter. A cobiça e a ambição de pequenos lucros ou preeminências é desonrosa.

Não importa, no que se refere à honra, que uma ação (por maior e mais difícil que seja, e conseqüentemente sinal de [45]

muito poder) seja justa ou injusta, porque a honra consiste apenas na opinião de poder. Por isso, os antigos pagãos não pensavam que desonravam, mas que honravam muito os deuses quando os apresentavam nos seus poemas cometendo violações, roubos e outras grandes, mas injustas e pouco puras, ações. Dai que *Júpiter* seja tão celebrado pelos seus adultérios, ou *Mercúrio* pelas suas fraudes e roubos. E o maior elogio que lhe é feito num hino de *Homero* é que, tendo nascido de manhã, inventou a música ao meio-dia e antes do anoitecer roubou o gado de *Apolo* aos seus pastores.

Também entre os homens, antes de se constituírem as grandes repúblicas, não se considerava desonra ser pirata ou ladrão de estrada, sendo estes, pelo contrário, negócios lícitos, não apenas entre os gregos, mas também nas outras nações, como o prova a história dos tempos antigos. E nesta época, e

nesta parte do mundo, os duelos são e sempre serão honrosos, embora ilegais, até que venha um tempo em que a honra seja atribuída aos que recusam, e a ignomínia aos que desafiam. Porque os duelos são também muitas vezes consequência da coragem, e a razão da coragem é sempre a força ou a destreza, que são poder – embora na maior parte dos casos sejam consequência de palavras áperas e do temor da desonra, em um ou em ambos os contendores que, tomados pela cólera, são levados a defrontar-se para evitar perder a reputação.

Os escudos e brasões hereditários, quando acompanhados de qualquer privilégio eminente, são honrosos. Caso contrário não o são, porque o seu poder consiste nesses mesmos privilégios, ou em riquezas, ou outras coisas semelhantes que são igualmente reconhecidas como honrosas em outros homens. Esta espécie de honra, geralmente chamada nobreza, proveio dos antigos germanos. Pois jamais se conheceu tal coisa nos lugares onde se desconheciam costumes germanos, nem hoje estão em uso nos lugares que os germanos não habitaram. Os antigos comandantes gregos, quando iam para a guerra, mandavam pintar nos seus escudos as divisas que lhes apraziam, de tal modo que um escudo sem emblema era sinal de pobreza, próprio do soldado comum; mas não havia transmissão dessas divisas por herança. Os romanos transmitiam as marcas das suas famílias, mas eram as imagens, não as divisas dos seus antepassados. Entre os povos da *Ásia*, *África* e *América* não há nem jamais houve tal coisa. Só os germanos tinham esse costume, e daí foi passado para a *Inglaterra*, *França*, *Espanha* e *Itália*, onde eles em grande número secundaram os romanos, ou fizeram as suas próprias conquistas nessas regiões ocidentais do globo.

Ora, a *Germania* antigamente se encontrava, tal como todos os países nos seus inícios, dividida por um número infinito de pequenos senhores ou chefes de família, que estavam continuamente em guerra uns com os outros; esses chefes ou senhores, sobretudo a fim de poderem ser reconhecidos pelos seus sequazes quando iam cobertos de armas, e em parte como ornamento, pintavam a sua armadura, ou escudo, ou capa, com

Brasões.

a efigie de um animal ou qualquer outra coisa, e além disso colocavam uma marca ostensivamente visível na cimeira dos seus elmos. E esta ornamentação das armaduras e do elmo era transmitida por herança aos filhos, ao primogênito em toda a sua pureza, e aos demais com alguma nota de diversidade, a qual o velho senhor, ou seja, em holandês o *Herealt*, considerase conveniente. Mas quando muitas dessas famílias reunidas formavam uma monarquia mais ampla, essa função de heral-do, que consistia em distinguir os brasões, tornava-se um cargo particular independente. Os descendentes desses senhores cons-tituíram a grande e antiga nobreza, que na sua maioria usava como emblemas criaturas vivas caracterizadas pela sua cora-gem ou afã de rapina, ou castelos, ameias, tendas, armas, barras, paliçadas e outros sinais de guerra, pois nada era então tão honrado como a virtude militar. Posteriormente não só os reis, mas também as repúblicas populares davam diversos tipos de escudo aos que iam para a guerra ou dela voltavam, como incentivo ou recompensa por seus serviços. *Tudo isto poderá ser encontrado por um leitor atento nos antigos livros de his-tória gregos e latinos que fazem referência à nação e aos costu-mes germanos do seu tempo.*¹

Os títulos de *honra*, como duque, conde, marquês e barão, são honrosos, pois significam o valor que lhes é atribuído pelo poder soberano da república. Nos tempos antigos esses títulos correspondiam a cargos e funções de mando, sendo alguns de-rivados dos romanos e outros dos germanos e franceses. Os du-ques, em latim *duces*, eram generais de guerra. Os condes, *comites*, eram os companheiros ou amigos do general a quem se con-fiavam o governo e a defesa dos lugares conquistados e pacifica-dos. Os marqueses, *marchiones*, eram condes que governavam os limites ou fronteiras do Império. Estes títulos de duque, conde e marquês foram introduzidos no Império na época de *Constan-tino*, o Grande, numa adaptação dos costumes da *militia* dos

Títulos de honra.

¹ O manuscrito do copista está assim redigido: As passagens da história antiga das quais é possível concluir o que venho de dizer foram minuciosamente compiladas por Philip Cluverius em *Germania antiqua*.

germanos. Mas barão parece ter sido um título dos gauleses, e significa um grande homem, como os guardas de que os reis e príncipes se cercavam na guerra. O termo parece derivar de *vür*, para *ber* e *bar*, que na língua dos gauleses significava o mesmo que *vür* em latim. E daí para *bero* e *baro*, e assim esses homens eram chamados *berones*, e posteriormente *barones*, e (em espanhol) *varones*. Mas quem quiser conhecer mais minuciosamente a origem dos títulos de honra pode encontrá-la, como fiz, no excelente tratado de *Selden* sobre o assunto. Com o passar do tempo estes cargos de honra, por ocasião de distúrbios ou por razões de bom e pacífico governo, foram transformados em meros títulos, servindo na sua maioria para distinguir a preeminência, lugar e ordem dos súditos na república, sendo nomeados duques, condes, marquesses e barões para lugares dos quais essas pessoas não tinham posse nem comando, e criaram-se também outros títulos para o mesmo fim.

O MERECIMENTO de um homem é diferente de sua importância, bem como de seu mérito, e consiste num poder ou habilidade especial para aquilo de que se diz que ele é merecedor, habilidade particular que geralmente é chamada COMPETÊNCIA ou *aptidão*.

Porque quem mais merece ser comandante ou juiz, ou receber qualquer outro cargo, é quem for mais dotado das qualidades necessárias para o seu bom desempenho, e quem mais merece a riqueza é quem tem as qualidades mais necessárias para o bom uso dessa riqueza. Mesmo na falta dessas qualidades pode-se ser um homem importante, e valioso para qualquer outra coisa. Além disso, pode ser merecedor de riquezas, cargos ou empregos um homem que no entanto não pode reivindicar o direito de os possuir de preferência a um outro, e portanto não é possível dizer-se que os mereça. Porque o mérito pressupõe um direito, e a coisa merecida é devida por promessa. A isto voltarei a referir-me mais adiante, quando falar dos contratos.

Merecimento.

Competência.

[47]

CAP. XI. Das diferenças de COSTUMES.

Não entendo aqui por COSTUMES a decência da conduta, como, por exemplo, a maneira pela qual um homem deve saudar outro, ou como deve lavar a boca, ou limpar os dentes diante dos outros, e diversos aspectos da *pequena moral*. Entendo, isto sim, aquelas qualidades dos homens que dizem respeito à vida comum em paz e unidade. Para este fim, devemos considerar que a felicidade desta vida não consiste no repouso de um espírito satisfeito. Pois não existe o *finis ultimus* (fim último) nem o *summum bonum* (bem supremo) de que se fala nos livros dos antigos filósofos morais. Tampouco há mais vida no homem cujos desejos chegam ao fim do que naquele cujos sentidos e imaginação estão paralisados. A felicidade é uma contínua marcha do desejo, de um objeto para outro, não sendo a obtenção do primeiro outra coisa senão o caminho para conseguir o segundo. A causa disto é que a finalidade do desejo do homem não consiste gozar apenas uma vez, e só por um momento, mas garantir para sempre os caminhos do seu desejo futuro. Portanto, as ações voluntárias e as inclinações dos homens não tendem apenas para conseguir, mas também para garantir uma vida satisfeita, e diferem apenas quanto ao modo como surgem, em parte da diversidade das paixões em pessoas diversas, e em parte das diferenças no conhecimento e opinião que cada um tem das causas que produzem os efeitos desejados.

Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte. E a causa disto nem sempre é que se espere um prazer mais intenso do que aquele que já se alcançou, ou que cada um não possa contentar-se com um poder moderado, mas o fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais ainda. E daqui se segue que os reis,

O que aqui se entende por costumes.

Um irrequieto desejo de poder, em todos os homens.

cujos poderes são os maiores, se esforçam por garanti-los no interior de seus reinos por meio de leis e no exterior por meio de guerras. E depois disto surge um novo desejo; em alguns, de fama por uma nova conquista; em outros, de conforto e prazeres sensuais; e em outros, de admiração, de serem elogiados pela excelência em alguma arte, ou outra qualidade do espírito.

A competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes levam à luta, à inimizade e à guerra, porque o caminho seguido pelo competidor para realizar o seu desejo consiste em matar, subjugar, suplantar ou repelir o outro. Particularmente, a competição pelo elogio leva a reverenciar a antiguidade. Porque os homens competem com os vivos, não com os mortos, e atribuem a estes mais do que o devido a fim de poderem obscurecer a glória dos outros.

O desejo de conforto e deleite sensual predispõe os homens a obedecer a um poder comum, pois com tais desejos se abandona a proteção que poderia esperar-se do esforço e trabalho próprios. O medo da morte e dos ferimentos produz a mesma tendência, e pela mesma razão. Pelo contrário, os homens necessitados e esforçados, que não estão contentes com a sua presente condição, inclinam-se a prolongar as causas da guerra e a suscitar perturbações e revoltas, pois só na guerra há honra militar, e a única esperança de remediar um mau jogo é dar as cartas mais uma vez.

O desejo de conhecimento e das artes da paz inclina os homens a obedecer a um poder comum, pois tal desejo encerra um desejo de ócio, consequentemente de proteção derivada de um poder diferente do seu próprio.

O desejo de louvores predispõe para ações louváveis, capazes de agradar àqueles cujo julgamento se valoriza, pois desprezamos também os louvores das pessoas que desprezamos. O desejo de fama depois da morte tem o mesmo efeito. E embora depois da morte seja impossível sentir os louvores que nos são feitos na Terra, pois são alegrias que ou são eclipsadas pelas indizíveis alegrias do Céu ou são extintas pelos extremos tor-

Amor da luta por causa da competição.

[48]

Obediência civil por amor ao conforto.

Por medo da morte e ferimentos.

É por amor às artes.

Amor à virtude, por amor aos louvores.

mentos do Inferno, apesar disso essa fama não é vã, porque os homens encontram um deleite presente na sua previsão, assim como no benefício que daí pode resultar para a sua posteridade. Ainda que agora não o vejam, conseguem imaginá-lo, e tudo o que constitui prazer para os sentidos constitui também prazer para a imaginação.

Ter recebido de alguém a quem consideramos nosso igual maiores benefícios do que esperamos retribuir faz tender para o amor fingido, e na realidade para o ódio secreto, pois colocamos na situação de devedor desesperado que, ao recusar-se a ver o seu credor, tacitamente deseja que ele se vá para onde jamais possa voltar a vê-lo. Porque os benefícios obrigam, e a obrigação é servidão; a obrigação que não se pode retribuir é servidão perpétua; e perante um igual é odiosa. Mas ter recebido benefícios de alguém a quem se considera superior faz tender para o amor, porque a obrigação não é uma nova degradação, e a alegre aceitação (a que se dá o nome de *gratidão*) constitui uma honra tal para o benfeitor que geralmente é tomada como retribuição. Também receber benefícios, mesmo de um igual ou inferior, desde que haja esperança de retribuição, faz tender para o amor, porque na intenção do beneficiado a obrigação é de ajuda e serviço mútuo. Daí deriva uma emulação para ver quem superará o outro em benefícios, que é a mais nobre e proveitosa competição possível, na qual o vencedor fica satisfeito com a sua vitória e o outro se vinga admitindo a derrota.

Ter feito a alguém um mal maior do que se pode ou se está disposto a sofrer inclina quem praticou a odiar quem sofreu o mal, pois só se pode esperar vingança, ou perdão; e ambos são odiosos.

O medo da opressão predispõe os homens à antecipação ou a buscar ajuda na associação, pois não há outra maneira de assegurar a vida e a liberdade.

Os homens que desconfiam da sua própria sutileza estão, nos tumultos e sedições, mais predispostos para a vitória do que os que se consideram sábios ou arditos, pois estes últimos gostam de se informar primeiro e os outros (com medo de se deixar

Ódio, pela dificuldade de retribuir grandes benefícios.

É pela consciência de merecer ser odiado.

[49]

Pronúncia para ferir, por medo.

É para deixar de confiar no seu próprio engenho.